TENDÊNCIAS

Ano 2, nº 1





ENCARTE

D A Desde 1985, com a fundação da Nova República, o processo de consolidação democrática brasileira definiu a política econômica como um dos seus pilares de desenvolvimento e legitimidade.

A sucessiva aplicação de planos governamentais de combate à inflação e recuperação do poder aquisitivo vem marcando o cotidiano da população e de suas expectativas de melhora das condições de vida. A atual conjuntura política de 1994, cenário de eleições gerais e definitivas para a consolidação de nossa democracia, qualifica especialmente a implantação do novo plano econômico Real, e marca curiosas semelhanças com o primeiro plano da Nova República, o Cruzado.

O encarte **TENDÊNCIAS** apresenta a evolução, nestes 9 anos de transição democrática, das opiniões e expectativas sobre o desempenho dos planos econômicos.

Ao longo do período é notável a mudança de comportamento da população, passando do intenso envolvimento com o Plano Cruzado à larga indiferença para com o Plano FHC.

Na segunda parte de **TENDÊNCIAS**, apresentamos dados do Brasil e de outros países sobre violência e desempenho da justiça, entre outros itens.

Em linhas gerais, destacam-se como pontos comuns a gravidade da questão da criminalidade e as deficiências dos sistemas penal e judiciário.

Brasil Planos econômicos

O Brasil através de pacotes econômicos

Em fevereiro de 1986, a sociedade brasileira inaugurou uma nova fase em sua vida: passou a conviver com tentativas para controlar a inflação crescente através de pacotes econômicos, o que vem provocando uma verdadeira "montanha russa" de reações entre altas expectativas positivas e profundas decepções e indignações.

Desde então, a tarefa de enfrentar os problemas econômicos de transformou numa das maiores demandas da população, e as políticas de governo têm se realizado principalmente nesta direção, onde os executivos apostam quase todas as suas fichas. Desta forma, os sucessos e/ou fracassos dos planos Cruzado (1986), Bresser (1987), Choque Verão (1989), Brasil Novo – Collor (1990) e FHC (1994) vêm definindo as ondas de oscilações nos níveis de prestígios dos governos e, possivelmente, influenciando os resultados eleitorais.

As pesquisas de opinião realizadas neste período elucidam este quadro. Destacamos aqui alguns dados que comparam a avaliação do desempenho destes planos quanto aos seus resultados efetivos em conseguir melhorias na qualidade de vida da população, controlar a inflação e o desemprego, e os graus de envolvimento e confiabilidade da população nestes planos. Também apresentamos algumas opiniões com relação aos planos econômicos em geral, que mostram o aprendizado do brasileiro quanto à percepção de soluções econômicas mais ou menos eficazes.

De acordo com estes dados, o Plano Cruzado foi, no geral, o mais popular. De fato, este Plano foi o que conseguiu manter a inflação sob controle por mais tempo. Quando de sua decretação, a taxa acumulada de inflação no governo Sarney ultrapassava a $250\%^1$ – um recorde histórico até então. No final de 1986, a inflação era de 65%.

Porém, em novembro daquele ano, logo após as eleições para os governos dos estados, quando houve uma esmagadora vitória do partido do governo, o PMDB (beneficiado pelo sucesso do Plano Cruzado), a equipe econômica descongelou os preços, alegando a necessidade de se fazer ajustes para corrigir problemas de abastecimento dos produtos que estavam em falta no mercado. Com isso, a popularidade do plano e do governo desabou.

A partir de então, os planos seguintes durante o Governo Sarney (Bresser e Choque Verão) não mais conseguiram repetir o desempenho positivo, e tampouco obtiveram prestígio popular significativo.

Em 1990, o Plano Collor reacendeu as esperanças para boa parte da população logo no seu início. Porém, ao contrário do Plano Cruzado, desta vez a perda do apoio às medidas econômicas se deu bem mais rapidamente e nenhum dos *ajustes* feitos conseguiu recuperar a confiabilidade da população.

É com este ânimo, mais de frustrações acumuladas e menos de expectativas positivas, que as primeiras propostas econômicas do governo Itamar Franco e o Plano FHC foram recebidas, de acordo com os dados que apresentaremos a seguir.

¹ FONTE: Jornal O Estado de São Paulo 03/10/93, a partir de dados do IGP-FGV **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, Vol. II, nº 1, Junho, 1994, Encarte Tendências. p. 1-39

Tendências 3

Planos econômicos Brasil

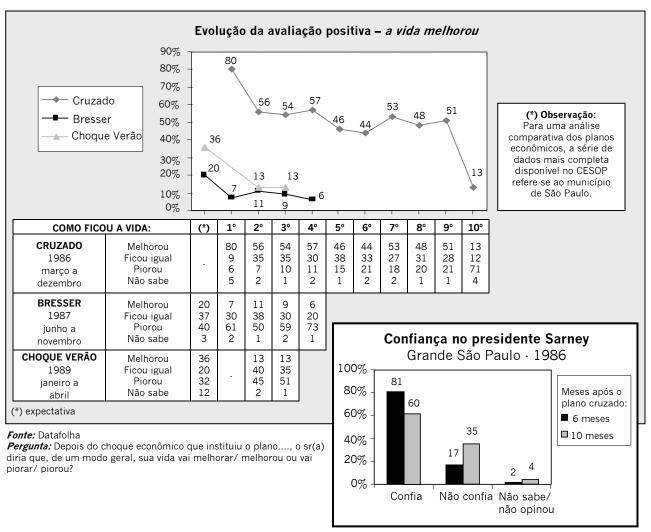
Planos econômicos e qualidade de vida

Numa análise comparativa da evolução das opiniões dos paulistanos(*) sobre o impacto dos pacotes econômicos em suas vidas pessoais, podemos verificar que somente os planos Cruzado e Collor conseguiram obter, em alguns momentos, uma avaliação positiva de pelo menos metade desta população.

Mais bem sucedido, o Plano Cruzado manteve-se em torno deste patamar por cerca de 9 meses, período no qual o presidente Sarney obteve índices altíssimos de confiabilidade e que somente desceram após o descongelamento.

O Plano Collor, apesar a significativa expectativa inicial (mesmo entre os eleitores de Lula), e da boa avaliação do presidente Collor nos primeiros meses de mandato, não conseguiu corresponder por muito tempo a tal confiabilidade. Já no terceiro mês, apenas ¼ dos paulistanos continuavam a se sentir mais beneficiados com o pacote econômico.

Planos Cruzados, Bresser e Choque Verão: Impacto sobre a vida pessoal Município de São Paulo – 1986-1989

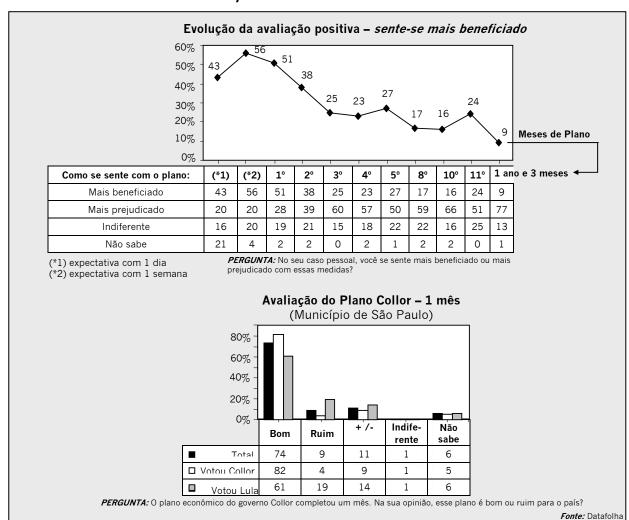


Fonte: IBOPE

Pergunta: 0 (a) Sr(a) confia ou não confia no Presidente Sarney?

Brasil Planos econômicos

Plano Collor: impacto sobre a vida pessoal Município de São Paulo – 1990-1991



PLANO COLLOR: MAIOR BENEFICIADO Regiões metropolitanas (*) – Março/1990 (%)

	TOTAL	VOTOU COLLOR	VOTOU LULA	NÃO VOTANTE
Os pobres	53	59	45	56
Os ricos	6	4	10	5
Nenhum dos dois	10	6	17	11
Os dois	26	29	25	20
Não sabe/ não resp.	5	3	5	9

	TOTAL	VOTOU COLLOR	VOTOU LULA	NÃO VOTANTE
Os trabalhadores	45	51	40	37
Os empresários	7	4	14	7
Nenhum dos dois	11	5	15	19
Os dois	31	35	26	28
Não sabe/ não resp.	6	5	7	10

Fonte: IBOPE

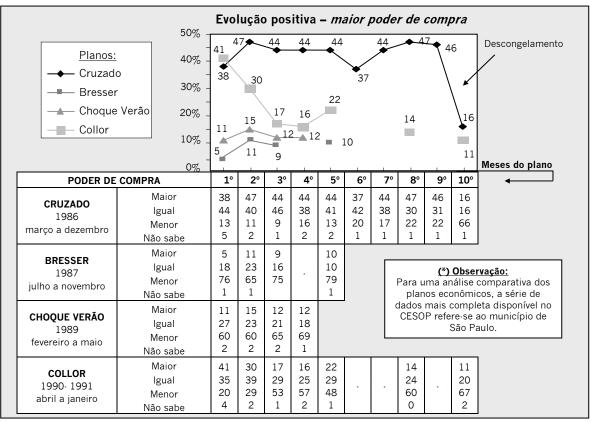
(*) Grande Rio de Janeiro, Grande São Paulo, Grande Belo Horizonte, Grande Curitiba, Grande Porto Alegre, Grande Recife, Salvador e Distrito Federal *Pergunta:* Quem foi, na sua opinião, o maior beneficiado com a adoção deste plano?

Planos econômicos Brasil

Planos econômicos e controle da inflação

Diminuir a inflação, recuperar o poder de compra dos salários e reduzir o desemprego foram alguns objetivos dos planos econômicos avaliados nas pesquisas de opinião. Aqui, novamente, o Plano Cruzado obteve os maiores índices de aprovação, pois quase 50% da população paulistana declararam terem melhorado o seu poder de compra após o pacote. Depois do descongelamento, no 9° mês do Plano Cruzado, em novembro de 1986, somente nos dois primeiros meses do Plano Collor houve uma melhora significativa no poder de compra para cerca de 1/3 das populações pesquisadas. Em todos os outros períodos (durante os planos Bresser, Choque Verão e a partir do 3° mês do Plano Collor) este índice manteve-se sempre entre 9° e 23°.

Planos Cruzado, Bresser, Choque Verão e Collor: Impacto sobre o poder de compra Município de São Paulo 1986 - 1991



Fonte: Datafolha

Pergunta: Na sua opinião, com o pacote econômico que criou o plano..., decretado há.... meses, o seu poder de compra aumentou/ficou maior, manteve-se igual ou diminuiu/ ficou menor?

PLANO COLLOR: EVOLUÇÃO DO PODER DE COMPRA Em 10 capitais (*) e no Brasil 1990 – 1991

	10 Capitais (*)					
	11/04	09/05	09/07	10/08	08-09/11	08/01/91
	1 mês	2 meses	4 meses	5 meses	8 meses	10 meses
Maior	42	32	16	19	14	11
Igual	36	37	24	26	22	19
Menor	18	29	58	53	62	68
Não sabe	4	2	2	2	2	2

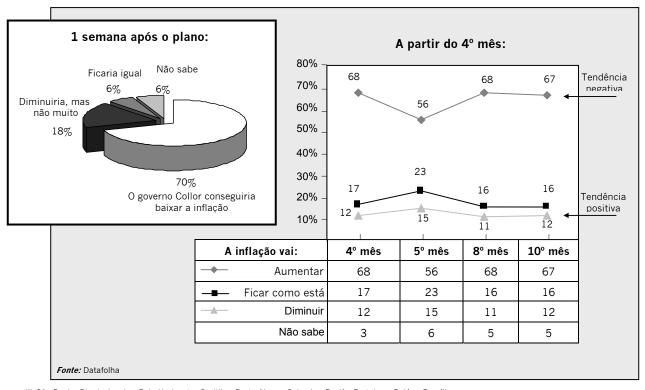
Brasil						
19-20/06	04-04/09					
3 meses	6 meses					
23	22					
28	25					
47	50					
2	3					

(*) São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Brasília

Fonte: Datafolha

Em uma semana após a decretação do Plano Collor, boa parte da população das 10 maiores capitais acreditava na sua capacidade de reduzir a inflação. Apenas 6% desconfiavam das possibilidades de sucesso das medidas tomadas. Mas, a partir do 4° mês, junto à percepção da queda do poder de compra (tabelas anteriores) também decresceu acentuadamente a expectativa positiva quanto ao controle da inflação. Em 10 meses após o início do plano, as tendências "positiva" e "negativa" praticamente se inverteram em relação ao que se verificava na 1° semana.

Plano Collor: Expectativa com a inflação 10 capitais (*) 1990 - 1991



(*) São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Brasília **Perguntas:** (1) Todos gostariam que o Brasil superasse os problemas atuais. Mas na sua opinião, o governo Collor vai de fato conseguir baixar drasticamente a inflação? (2) Você acredita que, nos próximos meses, a inflação vai diminuir, aumentar ou ficar como está?

Plano Collor: expectativa de redução da inflação Município de São Paulo 1990 – 1991

1 semana após o plano				
	1 semana			
Vai conseguir	74			
Vai, mas não muito	16			
Vai ficar como está	4			
Não sabe	6			

A partir do 4º mês						
4 meses 5 meses 8 meses 10 meses 11 meses 1 ano e 3 meses						
Aumentar	67	53	68	67	48	48
Ficar com está	17	26	16	17	27	20
Diminuir	13	15	11	11	19	9
Não sabe	3	5	5	5	6	5

Fonte: Datafolha

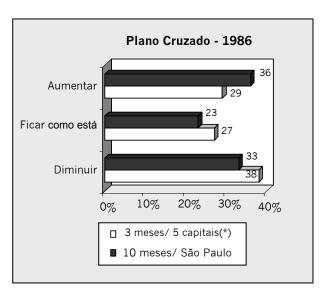
Perguntas: (1) Todos gostariam que o Brasil superasse os problemas atuais. Mas na sua opinião, o governo Collor vai de fato conseguir baixar drasticamente a inflação? (2) Você acredita que, nos próximos meses, a inflação vai diminuir, aumentar ou ficar como está?

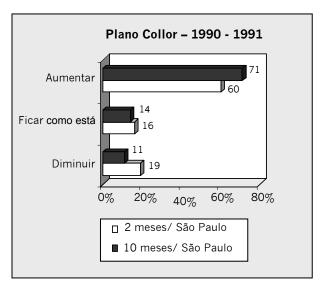
Planos econômicos Brasil

Planos econômicos e redução do desemprego

A capacidade de redução do desemprego contou com expectativas mais positivas apenas durante o Plano Cruzado. Três meses após o anúncio deste pacote, 38% da população de 5 capitais acreditavam que o desemprego iria diminuir e, mesmo após o descongelamento, ainda 1/3 dos paulistanos mantinham a mesma opinião. Com relação ao Plano Collor, neste aspecto a população manteve uma postura menos otimista desde o início, mesmo durante os três primeiros meses, quando o Plano em geral contava com altos índices de aprovação.

Planos Cruzado e Collor: expectativa com o desemprego





OBS: a diferença para 100% nas distribuições de freqüências apresentadas nos gráficos corresponde à resposta "não sabe".

Fonte: Datafolh

Pergunta: Na sua opinião, com este plano econômico, o desemprego vai aumentar, diminuir ou ficar como está?

	PLANO COLLOR: EXPECTATIVA COM RELAÇÃO AO DESEMPREGO 10 capitais (*) 1990 - 1991 %					
	21/03/90 1 semana	11/04/90 1 mês	09/05/90 2 meses	09/07/90 4 meses	10/08/90 5 meses	08/01/91 10 meses
Aumentar	48	68	59	60	51	73
Ficar como está	26	13	1	18	21	13
Diminuir	20	15	19	17	21	10
Não sabe	6	4	6	5	7	4

onte: Datafolha

(*) São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Brasília

^(*) São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre

Brasil Planos econômicos

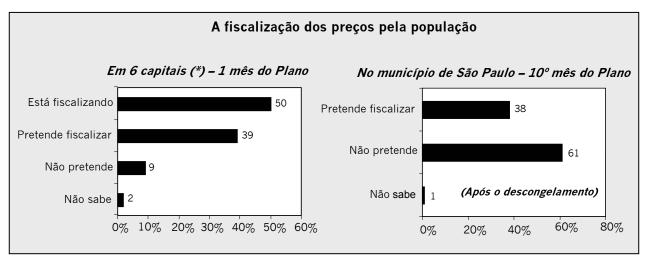
Planos econômicos: confiabilidade e envolvimento

O Plano Cruzado deu origem a uma figura que se tornou símbolo de um governo: o fiscal do Sarney; aquele brasileiro que apoiou o pacote, participou a fiscalização dos preços e fez denúncias dos abusos econômicos, garantindo, assim, uma grande visibilidade para os resultados concretos do plano. Tal comportamento rapidamente envolveu a maioria. Logo na 1ª semana do plano, metade da população de seis capitais afirmava já estar participando da fiscalização dos preços e outros 39% pretendiam participar.

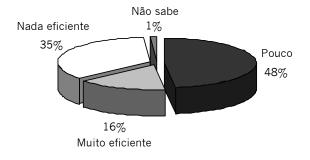
Quanto ao papel do governo, os dados de opinião pública indicam que a fiscalização efetiva de preços não correspondeu a tal empenho e se tornou um ponto de grande inspiração: 8 meses após a decretação do pacote, 83% criticavam a eficiência do governo neste aspecto (fiscalização pouco/ nada eficiente).

Porém, mesmo após o descongelamento e durante os planos Bresser e Choque Verão a disposição em fiscalizar os preços sempre foi superior a 1/3.

Plano Cruzado e os fiscais do *Sarney* 1986



Avaliação da fiscalização de preços por parte do governo Município de São Paulo - 8º mês do Plano



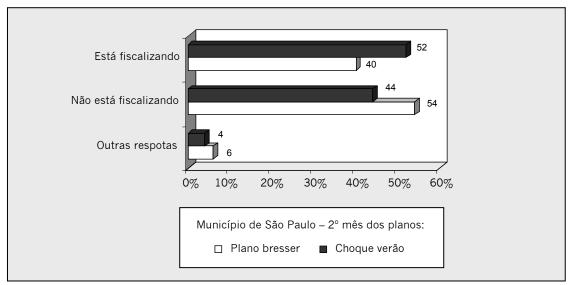
Fonte: Datafolha

(*) São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador Perguntas: (1) Você pretende fiscalizar os novos preços tabelados ou não?

(2) O(a) sr.(a) considera que a fiscalização dos preços por parte dos órgãos governamentais está sendo:

Planos econômicos Brasil

Planos Bresser e Choque Verão: fiscalização de preços Município de São Paulo 1987 - 1989

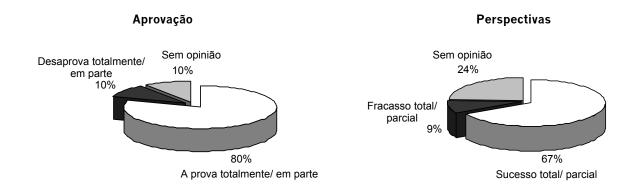


Fonte: Datafolha

Pergunta: Você está fiscalizando os preços tabelados?

O Plano Collor, apesar de também ter congelado os preços, provocou maior impacto inicial pela decisão de confiscar os cruzados novos nas aplicações financeiras. Tal medida contou com grande aprovação popular mesmo entre os que ficaram com dinheiro retido. Também inicialmente, a maioria (65%) confiava que o governo devolveria todo ou parte deste dinheiro. Quase 1 ano após o pacote, 1/3 da população de 10 capitais não confiava mais na devolução dos cruzados, principalmente entre os que, naquela época, ainda não haviam recebido nenhuma parcela de devolução.

As medidas adotadas pelo plano Collor – 1º mês Estado de São Paulo Abril/90



Fonte: IBOPE

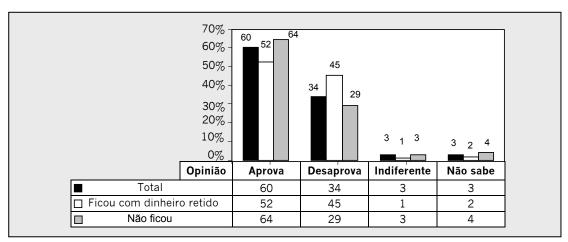
Pergunta: De uma maneira geral, o(a) sr(a) aprova ou desaprova, ou na tem opinião formada a respeito das medidas econômica tomadas pelo governo federal até o momento

Fonte: IBOPE

Pergunta: Na sua opinião, de uma maneira geral as medidas econômicas do governo federal vão ser um sucesso ou um fracasso, ou o(a) sr.(a) não tem opinião formada a respeito?

Brasil Planos econômicos

Plano Collor: o bloqueio dos cruzados 10 capitais (*) 1990

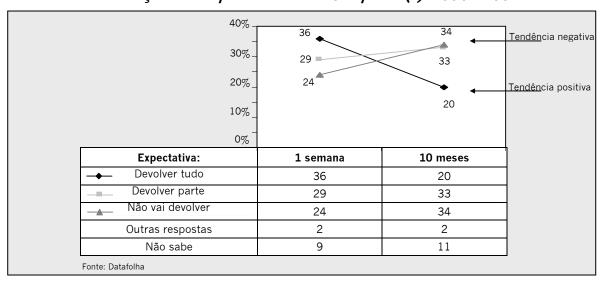


Fonte: Datafolha

(*) São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Brasília

Pergunta: O plano econômico limitou em cinqüenta mil cruzeiros a retirada das cadernetas de poupança e das contas correntes. O que exceder esse limite ficará retido por dezoito meses no Banco Central. Você aprova ou desaprova essa medida?

Plano Collor: confiança na devolução dos cruzados Evolução das expectativas em 10 capitais (*) 1990 - 1991



PLANO COLLOR: CONFIANÇA NA DEVOLUÇÃO DO DINHEIRO RETIDO 10 capitais - Rio de Janeiro/91 - 10° mês de plano

O governo:	Total (10 capitais)	Não ficou com dinheiro retido	Ficou e continua tudo retido	Ficou mas já recebeu uma parte	Ficou mas já recebeu tudo
Vai devolver tudo	20	18	21	28	23
Vai devolver apenas parte	33	34	31	31	31
Não vai devolver	34	34	38	30	32
Outras respostas	2	2	2	3	3
Não sabe	11	12	8	8	11

Fonte: Datafolha

(*) São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Brasília

Pergunta: Na sua opinião, o governo vai ou não vai devolver o dinheiro que ficou retido na poupança, nas contras correntes e outras aplicações?

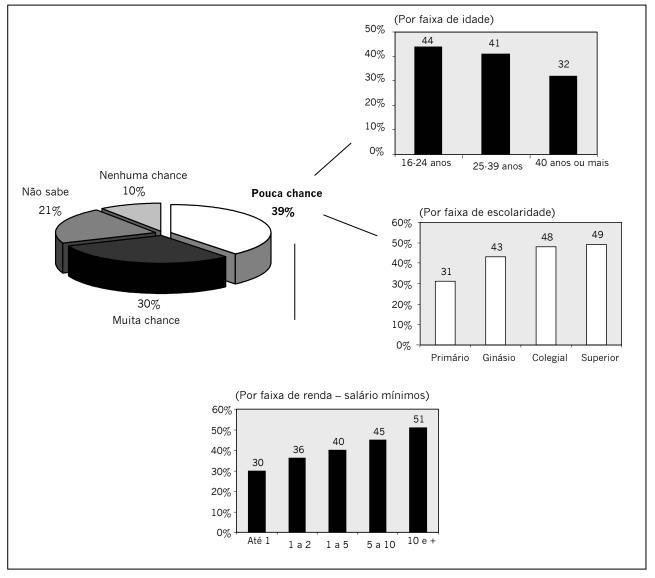
Planos econômicos Brasil

1993 - Expectativas com Plano FHC

Em 1993, o então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso anunciou um *Plano de Ação* do governo Itamar Franco que tinha como objetivo promover um ajuste fiscal (aumento da arrecadação de impostos e revisão do orçamento da União) para tentar combater a inflação. As medidas anunciadas foram recebidas como um prenúncio de mais um pacote econômico que estaria por vir. Porém, de acordo com os dados de opinião pública, a população recebeu com certa reserva tais proposta, pois para 49% este Plano de Ação tinha pouco ou nenhuma chance de dar certo. Os entrevistados mais jovens, com maior nível de escolaridade e de renda foram os mais críticos.

Plano de ação do governo Itamar Franco Possibilidades de sucesso

Brasil - Junho / 1993



Fonte: IBOPE

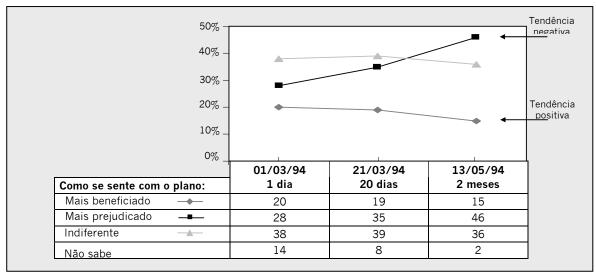
Pergunta: Pelo que o(a) sr(a) sabe ou ouviu falar, qual destas frases melhor descreve o plano de ação do governo Itamar Franco anunciado pelo ministro Fernando Henrique Cardoso? "É um plano com muita chance de dar certo"; "é um plano com pouca chance de dar certo"; "é um plano com nenhuma chance de dar certo".

Brasil Planos econômicos

1994 - 2ª fase do Plano FHC

Em março de 1994, o governo implantou a segunda fase do plano FHC, criando um novo indexador (a Unidade Real de Valor) e anunciou uma nova moeda nacional, chamada real, que iria substituir o cruzeiro real, em um prazo, na época, ainda indefinido. Mas de acordo com os dados de opinião pública dos paulistanos, estas medidas foram recebidas com significativa indiferença. À medida que a população passou a conviver com a URV, o novo indexador, a tendência negativa cresceu significativamente: 2 meses após o anúncio das medidas, quase metade dos paulistanos se sentiam mais prejudicados com o plano, tinham expectativa de que a inflação iria aumentar e consideravam que as medidas eram ruins para o país.

O Plano FHC: impacto sobre a vida pessoal Município de São Paulo - 1994



Fonte: Datafolha

Pergunta: No seu caso pessoal você se sente mais beneficiado ou mais prejudicado com essas medidas?

Expectativa com a inflação

Avaliação das medidas econômicas para o país

Município de São Paulo - maio/1994



Não sabe
16%
Ruim
43%
17%
Indiferente

Fonte: Datafolha

Pergunta: Você acredita que, nos próximos meses, a inflação vai diminuir, aumentar ou ficar como está?

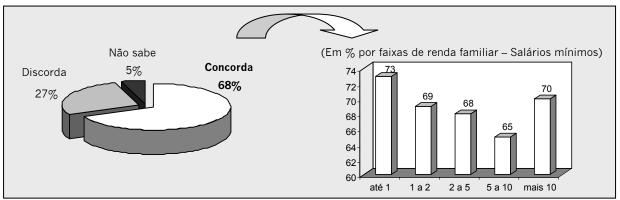
Fonte: Datafolha
Pergunta: De um modo geral, você acha que as medidas econômicas são boas ou ruins para o país?

Planos econômicos Brasil

Perspectivas...

Apesar da sequência de insucessos dos planos anteriores, os dados de opinião pública sugerem que um projeto para redução inflacionária poderia contar com uma grande disposição da população para fazer alguns sacrifícios, observada através de uma distribuição relativamente equilibrada considerando-se as faixas de renda familiar.

Predisposição para fazer sacrifícios Brasil - Junho/1993

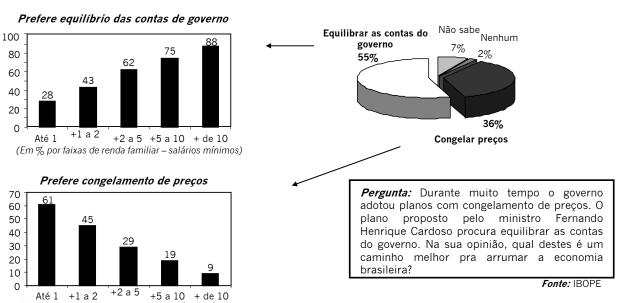


Fonte: IBOPE

Pergunta: No seu pronunciamento, o Ministro Fernando Henrique Cardoso disse que não se consegue abaixar a inflação de um dia para o outro e que só com alguns sacrifícios da população e seu plano dará certo. O(a) sr.(a) concorda com isso ou discorda?

Porém, o tipo de plano a ser adotado dificilmente conseguiria uma unanimidade, pois, como mostram os dados de uma pesquisa realizada em 1993, após as várias experiências decepcionantes a população se encontrava dividida em relação ao que seria o melhor projeto. No geral, a maioria preferiria que não houvesse congelamento de preços. Mas, quanto mais baixa a renda familiar, maior é o percentual dos que pensavam que o congelamento de preços seria o melhor caminho para solucionar os problemas da economia brasileira.

Melhor tipo de plano econômico Brasil - Junho/1993



(Em % por faixas de renda familiar – salários mínimos)

Brasil Planos econômicos

Para o próximo presidente...

A solução dos problemas econômicos deve ser a prioridade do próximo presidente para 65% dos brasileiros, de acordo com uma pesquisa nacional que colheu menções espontâneas e múltiplas a este respeito. Dentre os problemas econômicos citados como os mais prioritários encontram-se: combate ao desemprego; inflação; salários; custo de vida.

Problemas que o próximo presidente deve priorizar 14/04/93	TOTAL Espontânea e múltipla %
Problemas econômicos	65
Combater o desemprego	26
Inflação (derrubar, controlar, diminuir)	20
Melhorar/aumentar salários	15
Controlar o aumento de preços/melhorar o custo de vida	11
Outros problemas econômicos	7
Educação	24
Saúde	24
Pobreza/miséria	16
Moradia	15
Administração pública	10
Segurança	6
Abastecimento	4
Outras respostas	4
Não sabe	9

Fonte: Datafolha

Pergunta: E quais são os problemas que o próximo presidente deve atacar primeiro?

Justiça e Violência

Os dados apresentados a seguir mostram tendências globais de opinião dos brasileiros e norte-americanos com relação à criminalidade e à justiça.

Comparados através de dados recentes, observa-se que apesar das diferenças culturais e sociais, as avaliações sobre violência urbana e o desempenho da justiça no seu controle preventivo ou punitivo convergem.

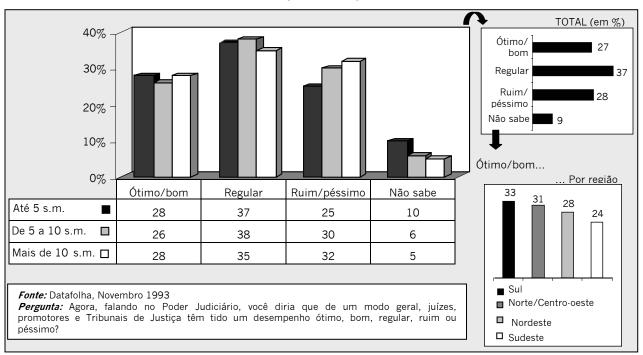
As opiniões sobre a pena de morte também estão comparadas para as duas populações, e as avaliações indicam que tanto no Brasil como nos EUA há uma estável tendência favorável à sua aplicação.

Nossos dados de países europeus apresentam no final desta seção as tendências quanto à importância dada a temas como segurança pessoal, proteção e violência.

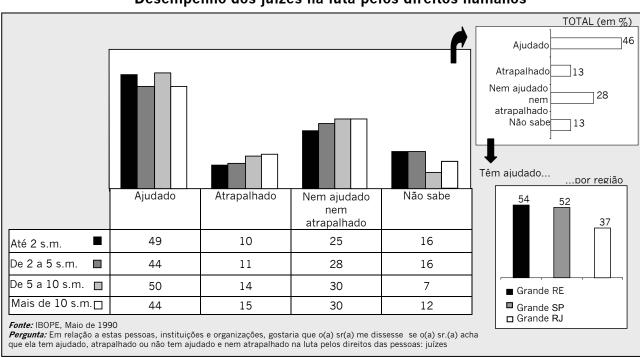
Avaliação da Justiça - Brasil

Ao tratar da questão do desempenho da Justiça, as respostas da população brasileira não tendem fortemente para uma avaliação positiva ou negativa. Já quando se trata da luta dos juízes pelos Direitos Humanos, a principal tendência é a de uma avaliação favorável.

Desempenho da justiça

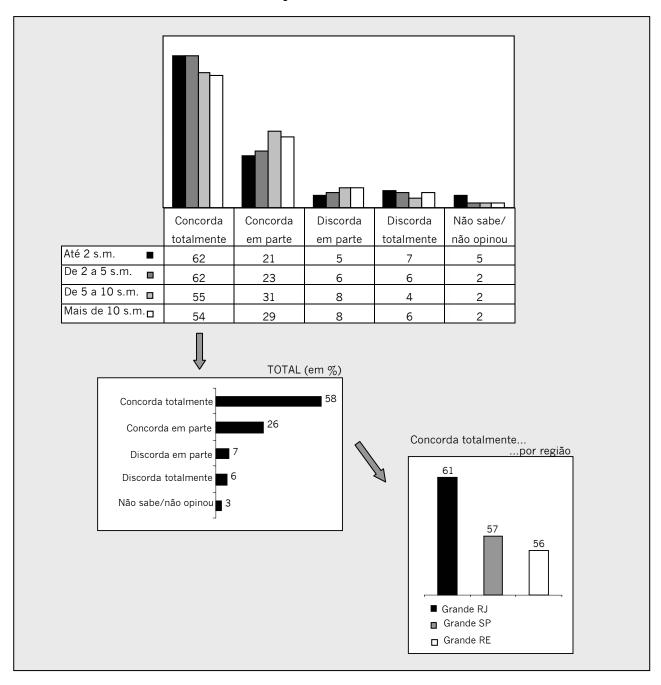


Desempenho dos juízes na luta pelos direitos humanos



Quando a Justiça surge vinculada à questão social, destaca-se a forte tendência em concordar que a Justiça no Brasil só favorece os ricos.

A Justiça favorece os ricos?



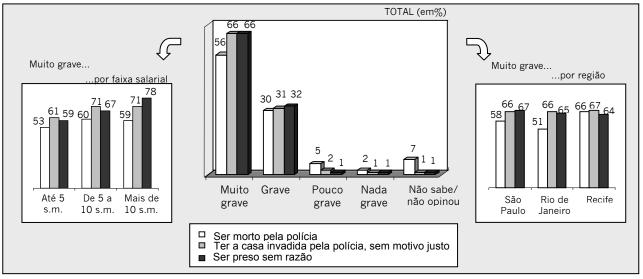
Fonte: IBOPE, Maio de 1990

Pergunta: Com relação a esta frase, gostaria que o(a) sr.(a) me dissesse de concorda, discorda ou não tem opinião formada a respeito: No Brasil, a Justiça só funciona para favorecer os ricos.

Violência Policial - Brasil

Em relação à violência policial a opinião da população é categórica. A maioria absoluta considera grave e muito grave as ações policiais que apontam violações de direitos. Este é o caso, por exemplo, das opiniões sobre ser morto pela polícia, ter a casa invadida pela polícia e ser preso sem razão.

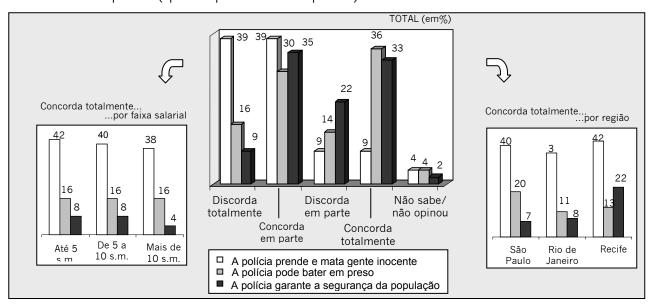
Violência policial e violação de direitos



Fonte: IBOPE, Maio de 1990

Pergunta: Pensando na gravidade da violação ou desrespeito de um direito, gostaria que o(a) sr.(a) me dissesse se caso pessoas como o(a) sr.(a) tivessem este direito desrespeitado, se o(a) sr.(a) acharia muito grave, grave, pouco grave ou nada grave: ser morto pela polícia, ter a casa invadida pela polícia, ser preso sem razão.

Com relação às atitudes da polícia, é notável a avaliação negativa do seu papel na garantia da segurança pública. Assim, tanto 78% concordam em algumas medidas que a polícia prende e mata gente inocente como também 55% consideram, de alguma forma, que ela não garante a segurança da população em geral, sendo que 46% concordam com o abuso de autoridade no tratamento dos presos ("polícia pode bater em preso").



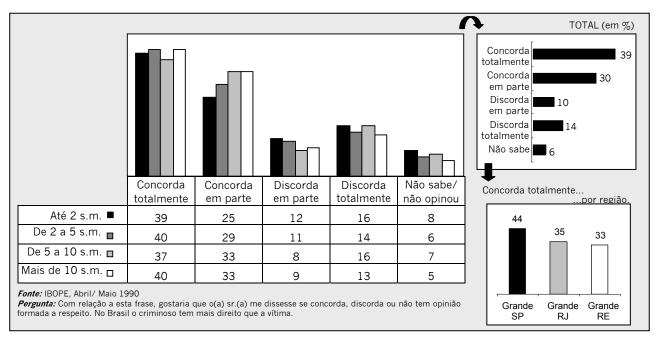
Fonte: IBOPE, Maio de 1990

Pergunta: Com relação a estas frases, gostaria que o(a) sr.(a) me dissesse se concorda, discorda ou não tem opinião formada a respeito: a polícia prende e mata gente inocente; a polícia pode bater em preso; polícia garante a segurança da população

Violência Urbana - Brasil

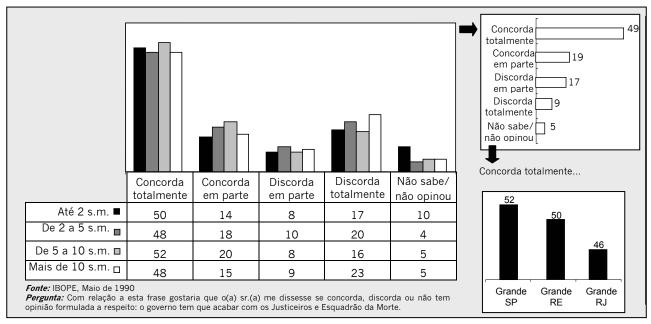
No caso brasileiro, os dados apresentados abaixo sugerem a avaliação negativa do papel da Justiça no controle da violência urbana – em 1990, 69% das pessoas concordavam totalmente ou em parte com a idéia de que o criminoso tem mais direitos que a vítima.

"No Brasil o criminoso tem mais direitos que a vítima"



No entanto, a tendência em considerar o controle da violência uma questão do poder público é maior do que aprovar a de "fazer justiça com as próprias mãos".

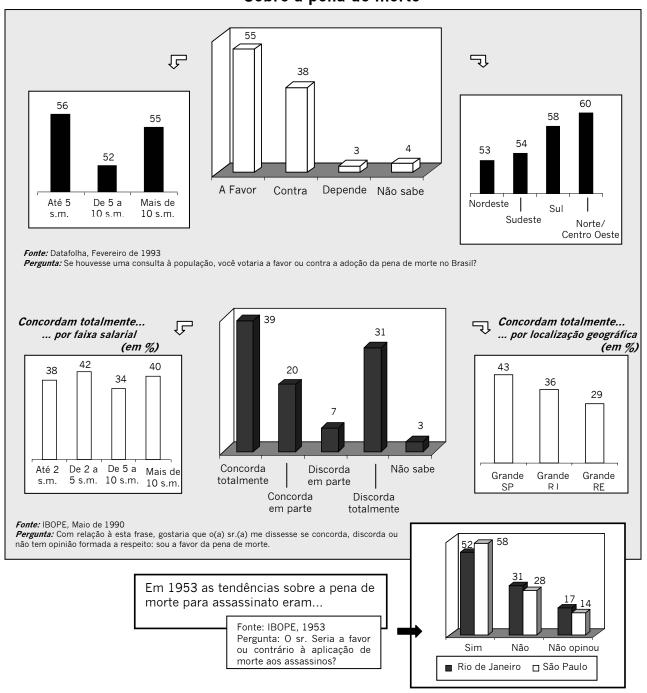
"O Governo tem que acabar com os justiceiros e esquadrões da morte"



Pena de morte - Brasil

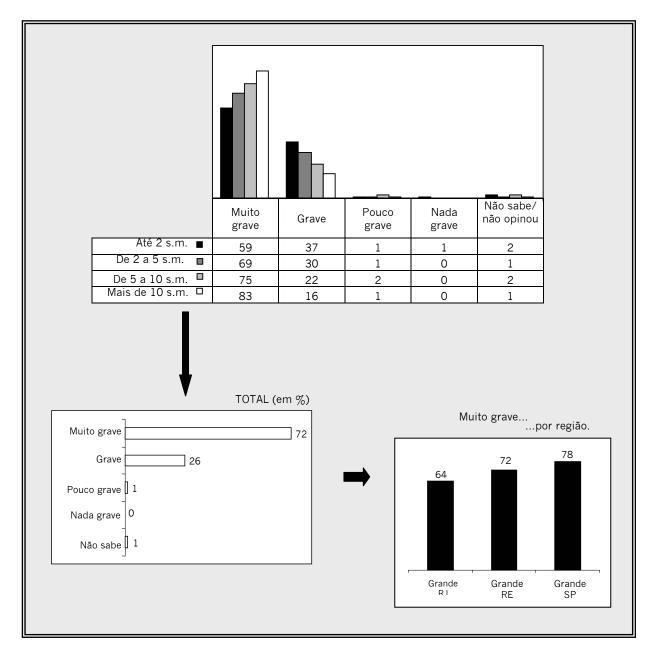
Quando se avaliam as tendências de aprovação da pena de morte observa-se que pouco mais da metade da população é favorável à adoção da pena máxima: em 1990 e 1993 as tendências são respectivamente 59% e 55%. Esses dados sugerem que parte da opinião pública considera que o controle da violência urbana poderia passar pela pena de morte.

Sobre a pena de morte



Um destaque interessante é pensar a questão da pena de morte à luz da gravidade de "ser morto por algum criminoso". Na mesma pesquisa sobre direitos humanos em 1990, enquanto para 98% da população "ser morto por um criminoso" é considerado grave ou muito grave, 59% concordam em alguma medida com a pena de morte.

"Ser morto por algum criminoso"

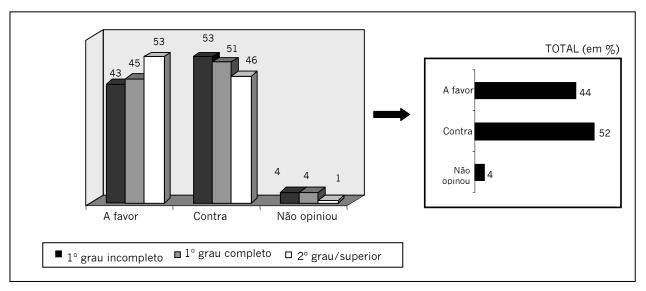


Fonte: IBOPE, Maio de 1990

Pergunta: Pensando na gravidade da violação ou desrespeito de um direito gostaria que o(a) sr.(a) me dissesse se caso pessoas como o(a) sr.(a) acharia muito grave, grave, pouco grave ou nada grave: ser morto por algum criminoso.

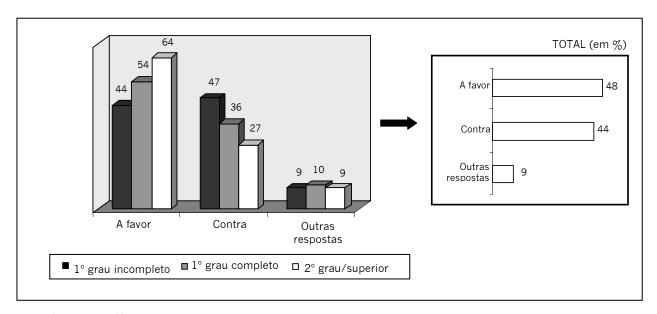
É interessante destacar também a questão da pena de morte sob a ótica dos presos. Em uma pesquisa realizada em maio de 1991 na Casa de Detenção de São Paulo, 44% dos presos eram favoráveis à pena, e 48% favoráveis à realização de um pebliscito para sua adoção.

A pena de morte vista pelos presos



Fonte: IBOPE, Maio de 1991

Pergunta: Pessoalmente você é a favor ou contra a adoção da pena de morte no Brasil?



Fonte: IBOPE, Maio de 1991

Pergunta: Você é a favor ou contra que o governo faça uma consulta para que a população decida se quer ou não a adocão da pena de morte no Brasil?

Entre 44% dos presos que são favoráveis à pena de morte, 87% acham que ela deve ser adotada para casos de estupro, e 47% para casos de latrocínio.

Categorias	TOTAL (em %)
Estupro	87
Latrocínio	47
Homicídio	21
Sequestro	19
Tráfico de drogas	7
Estupro seguido de morte	6
Sequestro seguido de morte	6
Assaltos	4
Crimes contra crianças	5
Crimes bárbaros/hediondos	4
Crime de colarinho branco/corrupção	3
Qualquer crime/todos os crimes	1
Outros crimes	4

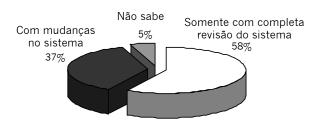
Fonte: IBOPE, Maio de 1991

Pergunta: (só para quem é a favor da pena de morte ou depende) Para quais li de crime você é a favor da pena de morte?

Avaliação da Justiça - EUA

Em termos gerais, a avaliação feita pela população norte-americana quanto ao funcionamento da Justiça no controle da violência é negativa. Pesquisas realizadas nos últimos 5 anos relevam que a confiança no Sistema de Justiça Criminal é muito baixa. Dados recentes de 1994 apontam a real necessidade de mudanças no sistema legal, no sentido de redução da criminalidade.

Possibilidade de redução da taxa de crimes violentos



Fonte: Roper Organization/ Hart and Teeter Research Companies, Janeiro 1994, 1009 entrevistas.

Pergunta: Quais das seguintes afirmações encerra seu ponto de vista? A: Seria possível reduzir a taxa de crimes violentos realizando mudanças no atual Sistema Penal e B: Não seria possível reduzir a violência sem uma completa revisão no atual sistema de Justiça Criminal.

Confiança no sistema de justiça criminal



Fonte: Roper Organization/ Gallup Organization, Março 1993, 1003 entrevistas

Pergunta: Vou ler uma lista de instituições da sociedade americana e por favor diga·me se você confia muito; bastante; muito pouco ou nada.... no Sistema de Justica Criminal.

Uma tendência em direção à falta de confiança na Justiça já é observada em dados de 1989, quando quase 60% dos entrevistados declararam não confiar muito na capacidade de aplicação de sentenças. Os dados de 1991 permitem sugerir que essa tendência continua pois apesar de mais de 60% não aprovarem a *Justiça com as próprias mãos*, é significativo que 33% dos entrevistados a apóiem.

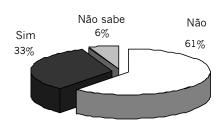
Confiança na escolha das sentenças



Fonte: Roper Organization/ Gallup Organization, Junho 1989, 1235 entrevistas

Pergunta: Quanta confiança você tem na capacidade dos Tribunais de Justiça para condenações e sentenças criminais adequadas?

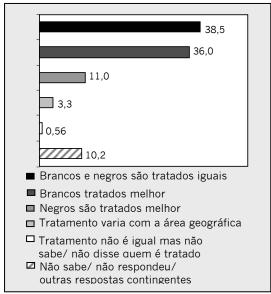
Apoio à justiça feita com as próprias mãos



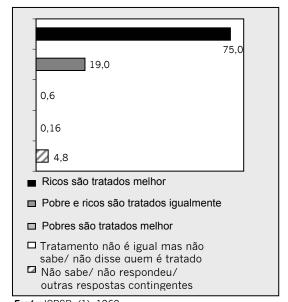
Fonte: Roper Organization/ Schulman, Roncas, and Bucuvalas, Março 1991, 1000 entrevistas

Pergunta: Você considera que o vigilantismo é justificado quando as pessoas perdem a confiança na capacidade do Sistema de Justiça criminal no tratamento com o crime, tomam a lei nas próprias mãos e atacam pessoas que consideram responsáveis pelo crime?

Dados de pesquisas anteriores sugerem que esta tendência de avaliação negativa caracteriza a percepção da população norte-americana sobre a justiça desde um período mais longo, a imagem da justiça como parcial e sujeita aos preconceitos que permeiam o comportamento social mais amplo pode ser observada nos dados abaixo datados de 1969, onde são enfocados as questões social e racial.

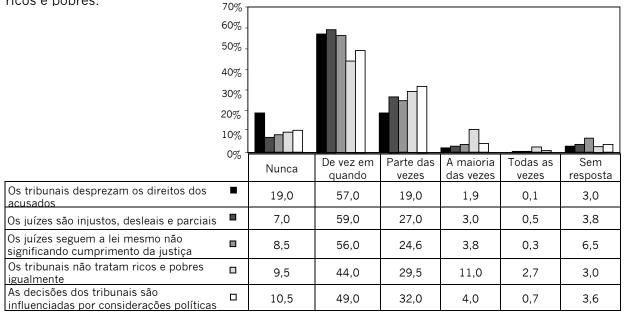


Fonte: ICPSR, (1), 1969
Pergunta: Negros e brancos são tratados igualmente pelos tribunais de justiça?



Fonte: ICPSR, (1), 1969 *Pergunta:* Pobres e ricos são tratados igualmente pelos tribunais de justiça?

Avaliada de dentro do próprio sistema, por advogados, juízes e líderes comunitários a tendência observada parece não se alterar muito. Em dados coletados em 1977, são surpreendentes as opiniões sobre o funcionamento da justiça com relação às pressões políticas e à diferença entre ricos e pobres.

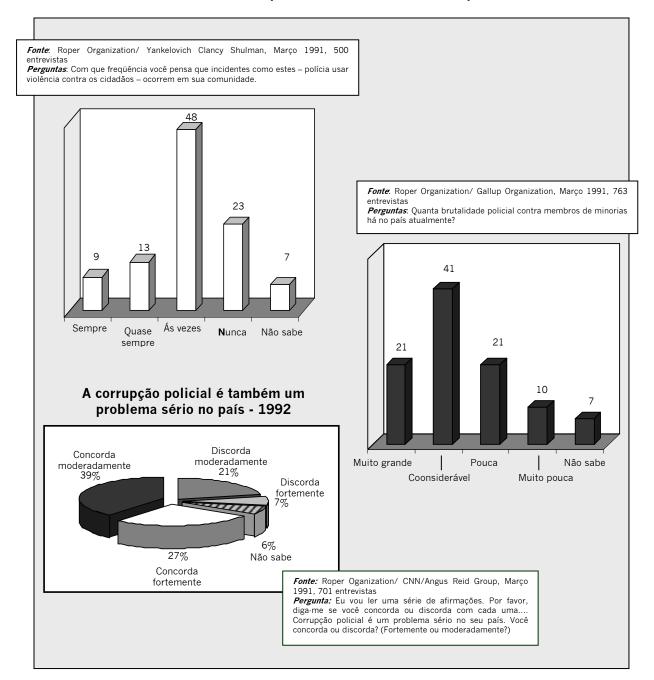


Fonte: ICPSR, 1977

Violência Policial - EUA

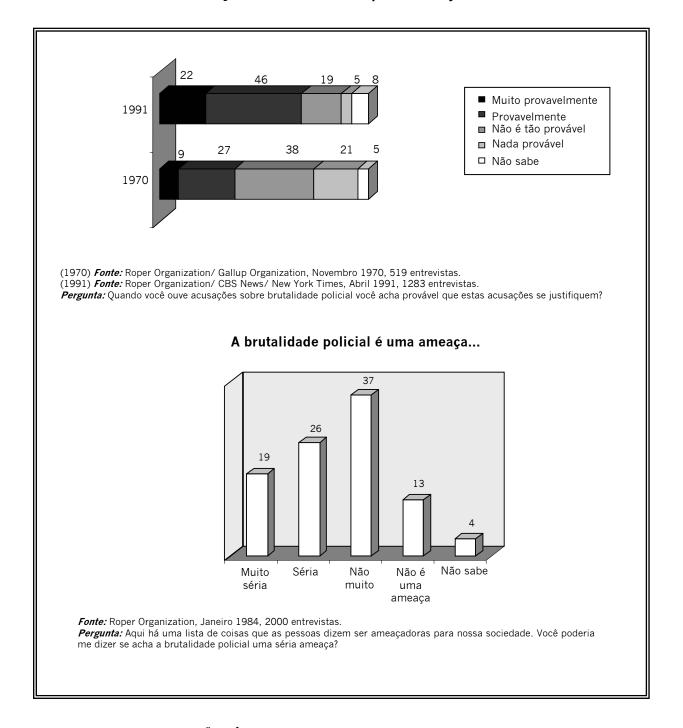
Dados de pesquisas sobre as atitudes e procedimentos da polícia indicam que existe a idéia de que o uso da violência contra os cidadãos em geral e membros de minorias é considerável. Os números da pesquisa abaixo mostram que não menos de 40% das opiniões acusam o uso da violência policial.

Sobre o uso e a frequência do uso da violência policial:



Os dados das duas pesquisas apresentadas abaixo confirmam esta percepção da violência policial. Em 1991, 68% das respostas apontam que *provavelmente* e *muito provavelmente* as acusações sobre violência se justificam. Comparados aos dados de 1970 (36%) é surpreendente o crescimento percentual nestes 21 anos. Já em 1984 a brutalidade policial é considerada uma séria ameaça à sociedade.

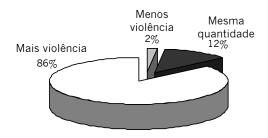
As acusações sobre violência policial se justificam?



Violência Urbana – EUA

Os dados gerais sobre violência urbana apresentados a seguir sugerem a gravidade da situação dos grandes centros norte-americanos. Em 1993, 86% dos entrevistados apontavam o aumento da violência nos últimos 5 anos. Nesse mesmo ano, mais da metade da população pesquisada se dispunha a privar-se de liberdades adquiridas em troca de segurança.

A violência em 1993, comparada a 5 anos atrás



Fonte: Roper Organization/ Chilton Research Services, Abril 1993, 502 entrevistas

Pergunta: Pensando na sociedade com um todo, você acha que há mais, menos ou a mesma quantidade de violência na sociedade do que havia cinco anos atrás?

A opção pela segurança, pelo preço de algumas liberdades



Fonte: Roper Organization/ ABC News, November 1993, 509

Pergunta: Você estaria disposto a desistir de algumas liberdades que temos no país se isto significar uma grande redução da quantidade de crime e violência?

A análise das causas da violência e do aumento da criminalidade aponta as drogas como seu principal fator. Num intervalo de quase 20 anos, este ponto se destaca em pesquisas semelhantes: 85% dos entrevistados em 1970, e 53% em 1989 apontaram o tráfico de drogas como a principal causa do crime.

O que contribui para o aumento da criminalidade

1970

Traficantes de drogas	85%
O crime organizado	61%
Estudante radical	49%
"Os Panteras Negras"	49%
Juízes tolerantes	38%
Comércio de pornografia	24%
Polícia corrupta	22%
Político liberal	20%
Brutalidade policial	14%
Professores universitários	13%
Não sabe	1%

Respostas múltiplas

Fonte: Roper Organization/ Gallup, Novembro 1970, 519

Pergunta: Na sua opinião, que pessoas desta lista contribuem para o aumento do crime?

1989

A difusão e venda de drogas	53%
O "fracasso do sistema penal para punir os criminosos	34%
O declínio dos valores morais e éticos de nossa sociedade	25%
A demora nos julgamentos	23%
O crescimento da diferença entre ricos e pobres	11%
A abordagem na televisão dos crimes da violência como comportamento normal	9%
A falta de dinheiro para lutar com o crime	9%
Outros/ Não sabe/ recusou	9%
Os pais	1%

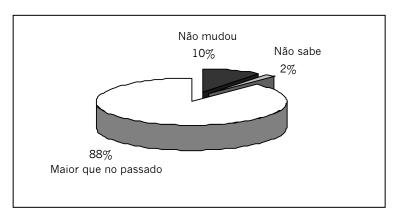
Respostas múltiplas

Fonte: Roper Organization/ Los Angeles Times, Setembro 1989, 2217 entrevistas

Pergunta: Desta lista, o que você considera a principal causa do crime atualmente?

Na pesquisa de 1989, na tabela anterior, o declínio dos valores morais e a deficiência da justiça também figuram como causas da criminalidade urbana, apontados respectivamente por 25% e por 34% da população. Estes dados adquirem especial importância se analisados à luz da avaliação do aumento da violência adolescente, realizada no mesmo ano (88%).

O problema da violência adolescente em 1989:

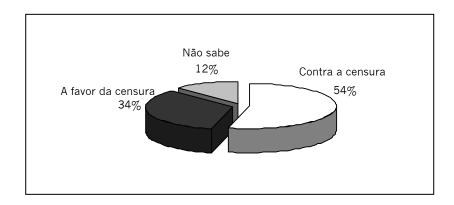


Fonte: Roper Organization/ Yankelovich Clancy Schulman, Junho 1989, 506 entrevistas

Pergunta: Você acha que a violência adolescente é um problema maior atualmente do que era no passado, ou não houve mudanças?

Parte das explicações sobre o aumento da criminalidade, violência e delinqüência está na análise dos estímulos ao comportamento anti-social. Com relação ao papel dos meios de comunicação, a questão do estímulo aponta diretamente para a censura. Nesse aspecto, é interessante a predominância da liberdade de expressão colocada por 54% dos entrevistados, contra 34% favoráveis à censura, em pesquisa realizada em 1990.

Sobre a violência e o sexo na tv:



Fonte: Roper Organization/ Gallup, Janeiro 1990, 600 entrevistas

Pergunta: Algumas pessoas acham que apresentações ou programas de TV que contêm muita violência, sexo ou hostilidades entre pessoas devem ser banidos para prevenir comportamentos anti-sociais. Outros pensam que a liberdade de linguagem e expressão artística na nossa sociedade é muito importante para que se permita a censura. Qual destas afirmações se aproxima do seu ponto de vista?

Em dados coletados há 20 anos, observa-se que o enfoque das pesquisas sobre violência é dado pela relação entre violência, miséria e pobreza. Com estes dados, no entanto, pode-se sugerir apenas em parte que para os norte-americanos esta relação era a principal causa: para 45% dos entrevistados em 1968, a recusa em prestar ajuda para a solução da miséria afetava pouco a violência.

Já em 1969, o destaque pode ser dado pela questão racial. Numa amostra masculina distribuída entre negros e não negros, 75% consideravam a pobreza como causa da violência.

Não ajudar no combate à pobreza contribui com a violência: 1968



Fonte: Roper Organization/ Louis Harris and Associates, Junho 1968, 1220 entrevistas Pergunta: (Quanto você considera que contribuem estes fatores para a violência neste país)... Aqueles que se opõem a prestar ajuda à miséria e pobreza.

A pobreza causa violência: 1969



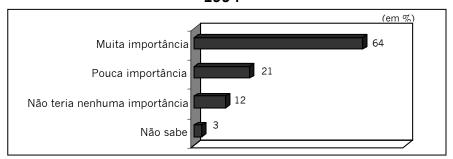
Fonte: ICPSR, I, 1969

Pergunta: Você acha que a pobreza causa violência?

Pena de morte - EUA

Os debates sobre a pena de morte em geral referem-se à questão moral e religiosa sobre o direito que tem o Estado de punir com a pena máxima. No entanto, as pesquisas de opinião abordam este tema de forma mais direta, e procuram relacioná-lo com a segurança pública e com o combate à criminalidade mais violenta. É sob este enfoque que se observa a avaliação mais recente da população norte-americana sobre a extensão da aplicabilidade da pena de morte como combate efetivo ao crime (são favoráveis à sua extensão).

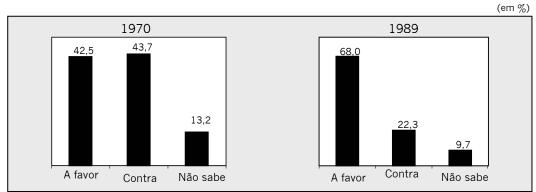
Extensão da pena de morte no combate ao crime 1994



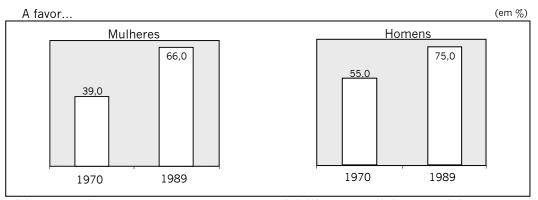
Fonte: Roper Organization/ Hart and Teeter Research Companies, Janeiro 1994, 1009 entrevistas

Pergunta: Vou ler algumas ações que tem sido propostas como meios de combate ao crime violento. Para cada uma diga-me, em sua opinião, que importância teria para a redução de crimes violentos... Mais crimes puníveis por pena de morte.

A avaliação de opiniões gerais sobre a pena de morte revela que num período de quase 20 anos ocorre um significativo aumento da tendência favorável à adoção da pena.



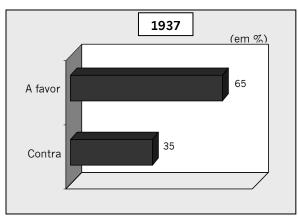
Distribuídos por sexo, verifica-se que esse aumento ocorre sobretudo com as mulheres:



(1970) *Fonte:* Roper Organization/ Louis Harris and Associates, Agosto 1970, 3984 entrevistas (2972 mulheres e 1012 homens) (1989) *Fonte:* Roper Organization, Julho 1989, 4000 entrevistas (3000 mulheres e 1000 homens) *Pergunta:* Você é a favor da pena de morte?

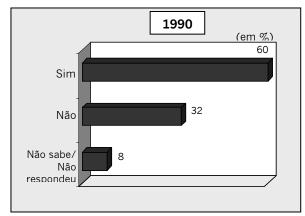
Ao longo do tempo, observa-se uma tendência de opinião bastante estável sobre a aceitação da pena de morte qualificada – aplicada apenas para casos de assassinato. No longo período entre 1937 e 1990, a tendência favorável à pena de morte varia nos Estados Unidos entre 65% e 60%.

Opinião sobre a pena de morte para assassinato



Fonte: Roper Organization/ Gallup, Dezembro 1937, 1500 entrevistas

Pergunta: Você é a favor ou contra a pena de morte para assassinato?

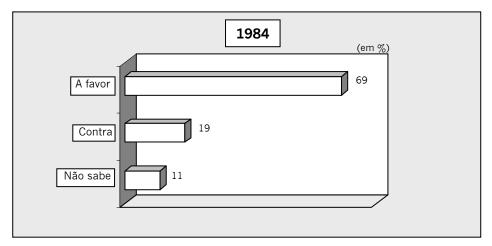


Fonte: Roper Organization/ CBS News/ New York Times, Agosto 1990, 1422 entrevistas

Pergunta: Você acha que a pena de morte é uma forma de deter assassinatos

Essa tendência também expressa a idéia de que a pena máxima pode funcionar como forma de controle de criminalidade. Os dados de 1990 expressam essa idéia, como também os dados de 1984. abaixo:

Sobre a pena de morte como controle da criminalidade

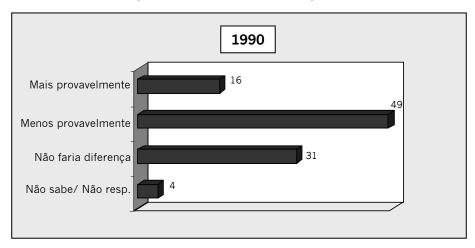


Fonte: Roper Organization/ Associated Press/ Media General, Junho 1984, 1243 entrevistas

Perguntas: Várias propostas têm sido apresentadas como possíveis soluções para a crescente criminalidade. Por favor, diga-me se você é a favor ou contra as seguintes medidas para a redução da criminalidade... pena de morte.

Esta disposição pode ainda ser verificada no gráfico abaixo. É interessante observar como, em 1990, a posição dos parlamentares com relação à pena de morte parece condicionar a lealdade do eleitor.

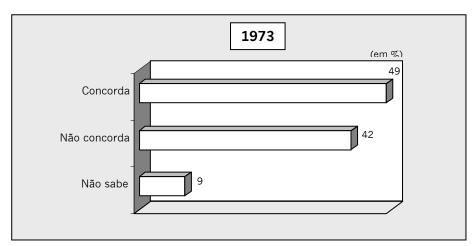
O voto no parlamentar contrário à pena de morte



Fonte: Roper Organization/ CBS News/ New York Times, Agosto 1990, 1166 entrevistas **Perguntas:** Se o seu representante no Congresso... tiver se oposto à pena de morte... você votaria nele mais ou menos provavelmente, ou não faria qualquer diferença?

Em 1973, a capacidade do Estado de punir com a pena de morte se apresenta se apresenta como um condicionante do respeito do povo.

Sobre a idéia de que um estado forte depende da capacidade de punir



Fonte: Roper Organization/ Louis and Harris Associates, Abril 1973, 1573 entrevistas

Perguntas: (Vou ler algumas afirmações feitas por pessoas sobre porque apóiam a pena de morte. Para cada uma diga-me se representa seu ponto de vista ou não). Um governo que não pode executar criminosos torna-se fraco e perde o respeito do povo.

Europa

Os dados abaixo apresentam as atitudes da população de países da Europa para com a democracia e as liberdades individuais. Apresentamos mais especificamente opiniões sobre o direito à segurança pessoal e proteção, se ele deve ser respeitado sempre ou se isto depende da situação.

País	Sempre	Depende	NS/NR
França	65,2	19,3	15,5
Alemanha	92,3	7,1	0,6
Itália	88,0	10,0	2,0
Reino Unido	90,9	8,2	0,9
Espanha	86,2	7,5	6,3
Portugal	85,7	5,1	9,2

Fonte: EURO-BAROMETER 30, 1988 - ICPSR 3

Pergunta: Estes direitos e liberdades deveriam ser respeitados sempre ou isto depende da situação: o direito à segurança pessoal e proteção.

Os dados a seguir referem-se à pergunta sobre a escolha de problemas mais importantes atualmente, com destaque para itens ligados à violência e criminalidade.

A Alemanha e a Espanha mostram o terrorismo como problemas importante, e esta última destaca ainda, como a França, o medo em relação a segurança pessoal. Já para a Itália e a Grã-Bretanha o crime se apresenta como um problema importante. Na Itália o crime está mais relacionado à delinqüência, enquanto na Grã-Bretanha a população o relaciona mais com a lei e a ordem.

Importância de problemas ligados à violência e criminalidade

França	França Violência, criminalidade, crimes contra crianças, medo em relação a segurança pessoal, drogas	
Alemanha	Problemas de segurança interna (terroristas, ataques a bomba)	2,0%
Itália	Delinqüência, crimes (máfia, ladrões, furtadores)	14,5%
Grã-Bretanha	Lei e ordem, crime, índice de criminalidade, crime e pena, punição, sentenças	7,4%
Espanha	Terrorismo, raptos Medo com relação a segurança pessoal nas cidades, delingüência	9,3% 6,7%

Fonte: EURO-BAROMETER 30, 1988 - ICPSR 3

Pergunta: Quais são para você os tópicos e eventos mais importantes atualmente? (% que mencionaram)

Com relação à importância de certos problemas nacionais, os dados abaixo apresentam porcentagem da população dos países que indicam o medo com relação a segurança pessoal como o mais importante.

França	9,4%	
Alemanha	10%	
Itália	7,7%	
Reino Unido	15%	
Espanha	24,8%	
Portugal	11,4%	

Fonte: EURO-BAROMETER 30, 1988 – ICPSR 3

Pergunta: Problema mais importante atualmente: Medo com relação a segurança pessoal. (% que mencionaram)

Um tema bastante estudado nesta pesquisa, e que pelo contexto atual torna-se relevante, são as atitudes dos europeus para com os imigrantes e grupos *marginais* (pessoas de outra nacionalidade, raça, religião, cultura ou classe social). Entre questões que relacionam estes grupos a problemas nos países aparece a do quadro abaixo, sobre se estes grupos causam delinqüência e violência.

Grande parte da população dos países acha que a violência não está relacionada a estes grupos marginais, pois a porcentagem de pessoas que não indicaram nenhuma das categorias apresentadas como causa da violência é alta.

Mencionaram	França	Alemanha	Itália	Reino Unido	Espanha	Portugal
Pessoas de outra nacionalidade	22,4	11,0	13,7	15,6	9,4	9,6
Pessoas de outra raça	27,0	9,0	18,2	24,0	10,3	14,0
Pessoas de outra religião	4,5	2,9	1,7	6,3	1,0	2,3
Pessoas com outra cultura	4,2	3,8	2,5	9,4	3,0	1,4
Pessoas pertencentes a outra classe social	3,3	9,7	6,5	5,7	5,2	1,6
Nenhuma das categorias	40,9	44,0	42,7	41,0	48,2	47,3

Fonte: EURO-BAROMETER 30, 1998 - ICPSR 3

Pergunta: Sua presença é uma das causas da delinqüência e violência. (% que mencionaram)

Ficha Técnica

Seção Planos econômicos

Plano	Data	Tamanho da amostra (nº de entrevistas)	Universo	Tipo de amostra	
		Datafol	ha		
	25/03/86 – 1° mês	1000			
	25/04/86 – 2°mês	1000			
	21-22/05/86 – 3° mês	1000			
	27/06/86 – 4° mês	1000			
C	23/07/86 – 5° mês	1000			
Cruzado	26/08/86 – 6° mês	1000			
	22/09/86 – 7° mês	996			
	22/10/86 – 8° mês	1000			
	26/11/86 – 9° mês	969			
	23/11/86 – 10° mês	1008			
	17/06/87	992	Eleitores do Município de São Paulo		
	07/07/87 – 1° mês	1000	040 / 4410		
Bresser	05/08/87 – 2° mês	1049			
	08-09/09/87 – 3° mês	1081			
	17-19/11/87 – 5° mês	1093			
	16/01/89	1050			
Choque Verão	18/01/89	1054		Representativa da população na áre em estudo, elaborada por quotas	
Choque verao	13/03/89 – 2° mês	1050			
	13/04/89 – 3° mês	1052			
	17/03/90	1080			
	21/03/90	1080		proporcionais em função de variáve significativas do universo: zonas	
	11/04/90 – 1° mês	1080	10 capitais (*)	geográficas, nível sócio-econômico da região, sexo e idade.	
		5921			
	09/05/90 – 2° mês	1079	Município de São Paulo 10 capitais (*)		
		5283			
	19-20/06/90 – 3° mês	1078	Município de São Paulo Brasil		
		5251			
Collor	09/07/90 – 4° mês	1080	Município de São Paulo 10 capitais (*)		
Collor	03/0//30 = 4 IIIcs	5243			
	10/08/90 – 5° mês	1069	Município de São Paulo		
	10/06/90 = 5° mes	5238	10 capitais (*)		
	03-04/09/90 – 6° mês	5250	Brasil		
	08-09/11/90 – 8° mês	1080			
		5310			
	08/01/91 – 10° mês	1080			
	01/02/91 – 11° mês	1080			
	06/06/91	1070	Município de São Paulo		
	01/03/94	1080			
FHC	21/03/94	1080			
	13/02/93	659			
Perspectivas	14/04/93	2487	Brasil]	

Ficha Técnica

Plano	Data	Tamanho da amostra (nº de entrevistas)	Universo	Tipo de amostra		
	IBOPE					
Currende	02-03/08/86 – 6° mês	300	Eleitores: da Grande São Paulo	Representativa do eleitorado na área em estudo, elaborada por quotas		
Cruzado	06-08/12/86 – 10° mês	500				
Callan	20-23/90	2250	Regiões metropolitanas (**)	proporcionais em função de variáveis significativas do universo: sexo,		
Collor	07-12/04/90	800	Estado de São Paulo	idade; atividade e posição na		
FHC	18-23/06/93	2000	Brasil	ocupação.		

^(*) São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Brasília.

Seção Avaliação da justiça, violência e pena de morte - Brasil

Fonte	Data	Tamanho da amostra (nº de entrevistas)	Universo	Tipo de amostra			
	Datafolha						
I- Avaliação do Poder Judiciário	10 e 11/11/93	2500	Brasil/ 122 municípios brasileiros/ população adulta do país a partir 16 anos	Amostra representativa da população da área em estudo elaborada por cotas proporcionais em função das variáveis significativas do universo: zonas geográficas, nível sócio- econômico, sexo e idade.			
II – Pena de morte	02,03 e 04/02/93	2500	Brasil				
III – Casa de Detenção	07 e 08/05/91	645	Casa de Detenção de São Paulo	Amostra de detentos selecionados através de sorteio aleatório a partir do cadastro de cada pavilhão, fornecido pela diretoria da Casa de Detenção.			
IBOPE							
Direitos humanos	20 abril – 07 maio/90	1200	População com mais de 18 anos residente na Grande SP, Grande RJ, Grande Recife	Amostra representativa da população da área em estudo, elaborada por quotas proporcionais (segundo variáveis sociais e demográficas: sexo, grupo de idade, condição de estudo, ramo de atividade).			

Seção Avaliação da justiça, violência e pena de morte - Estados Unidos

Os dados desta sessão são provenientes do Banco Informatizado de Dados de Opinião Pública do Roper Center for Public Opinion Research, da Universidade de Connecticut, EUA.

^(*) Grande Rio de Janeiro, Grande São Paulo, Grande Belo Horizonte, Grande Curitiba, Grande Porto Alegre, Grande Recife, Salvador e Distrito Federal

Ficha Técnica

Seção Avaliação da justiça, violência e pena de morte - Europa

Fonte (ICPSR)	Data	Tamanho da amostra (nº de entrevistas)	Universo	Tipo de amostra
1- Justifying Violence of American Men (1)	Verão, 1969	1374 entrevistas: 304 negros e 1070 não-negros. Para uma análise representativa do universo, trabalhou-se com uma amostra ponderada de 1472 casos.	Homens americanos de 16 a 64 anos	Amostra representativa em estágios múltiplos (setores censitários e unidades residenciais) e probabilística no último estágio (sorteio aleatório do entrevistado). Esta amostra foi complementada com entrevistas adicionais selecionadas pelo mesmo procedimento, sendo que nesta segunda amostragem foram realizadas entrevistas somente com negros sorteados. O objetivo desta complementação foi permitir análises separadas entre as raças, já que o segmento de negros na amostra original encontrava-se subrepresentado.
2 – Public Image of the Courts (2)	Outubro a dezembro, 1977	1112 entrevistas: 440 advogados, 291 juízes e 381 líderes comunitários.	Advogados, juízes e líderes comunitários dos Estados Unidos	Cada segmento amostral foi concebido segundo critério de representatividade geográfica e segundo: Advogados: seleção aleatório a partir de afiliação no Martindale-Hubbel Law Dictionary e complementação da amostra com advogados atuantes no setor público e nos tribunais de justiça federal, que não constavam na primeira lista; Juízes: seleção aleatória dos juízes dos tribunais de justiça federal; Líderes comunitários: seleção aleatória de líderes comunitários nas categorias prefeitos municipais, governadores estaduais e seus respectivos staffs; membros da comissão de justiça do poder legislativo; representantes da mídia eletrônica e escrita que cobrem noticiário jurídico e criminal; líderes de organizações locais; empresários; membros de legislativos municipais; líderes sindicais.
3 – Euro- Barometer – 30 (3)	Outurbo a novembro, 1988	1051 (Alemanha); 1013 (Espanha); 1001 (França); 1017 (Grã-Bretanha); 1323 (Reino Unido: Inglaterra e Irlanda); 1058 (Itália); 1000 (Portugal).	População dos países da Comunidade Européia	Amostra representativa da população com 15 anos e mais dos países da Comunidade Européia, com desenho amostral em dois estágios: 1°. seleção aleatória de setores em cada país, nas áreas urbanas e rurais; 2° sorteio do indivíduo entrevistado em cada setor selecionado.

⁽¹⁾ Blumenthal, Mônica D., Kahn, Robert L. e Andrews, Frank M. JUSTIFYING VIOLENCE ATTITUDES OF AMERICANS MEN, Summer 1969. Conduzido por Survey Research Center, Institute for Social Research, The University of Michigan, 1969

⁽²⁾ Law Enfoercement Assistance Administration PUBLIC IMAGE OF COURTS, 1977 Conduzido por Yankelovich, Skelly and White, Inc., sob direção do National Center for State Courts, for the Law Enfoercement Assistance Administration, U.S. Dept. of Justice, - Ann Arbor, Mich: Inter-University Consortium for Political and Social Research, 1980

⁽³⁾ Reif, Karlheinz, Melich, Anna. EURO-MAROMETER – 30: IMMIGRANTS AND OUT-GROUPS IN WESTERN EUROPE, Outubro-Novembro, 1988. Conduzido por Faits et Opinion, Paris. ICPSR ed. Ann Arbor, Mich.: Inter- Univesity Consortium for Political and Social Research, 1991